

A destruição de valor elétrico¹

Edvaldo Santana²

Pense em quem recebe R\$ 375 por semana e gasta R\$ 75 com transporte. 20% da renda são empenhados com tal despesa. Faz sentido subsidiá-lo? Sim. A diferença será usada em alimentação, com reflexo na cadeia produtiva. E se o ganho semanal passar para R\$ 750 ou o custo do transporte cair R\$ 50, mantém o subsídio? Não deveria. É antieconômico. São os demais passageiros quem tiram de outras despesas e pagam a conta.

São fantásticos os números das renováveis variáveis (RVs). Não custa repeti-los. A China tem 470 GW de solar e mais de 390 GW de eólica. E o ritmo segue acelerado. Só de solar a China tem duas vezes e meia mais que o total da capacidade de geração do Brasil - na soma de todas as fontes. Nos países nórdicos, as RVs supriram, no último domingo, entre 54 e 130% do consumo. Na Espanha e em Portugal, as RVs já atendem 55% da carga.

Outros números empolgantes. Até 2009, era nula a geração por eólica no Brasil. Em julho de 2023 essa RV ultrapassou 28 GW. Em 2014, inexistia a geração solar. Em agosto deste ano já totalizava 34 GW. A geração distribuída (GD) com solar fotovoltaica, como os painéis no teto das casas, quase zero em 2015, hoje tem mais de 23 GW, e chegará a 30 GW em 2025. É uma impetuosidade comparável à do mercado livre.

É o reflexo do empreendedorismo, da aposta correta na autonomia do consumidor. É também a quebra de paradigmas. A tecnologia da GD reduziu o custo de entrada e adicionou valor. Típica destruição criativa. E a RV traz benefícios relevantes. Junto com as hidros e as termelétricas, mantêm mais cheios os reservatórios e reduzem a emissão de gases de efeito estufa.

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-destruicao-de-valor-eletrico.ghtml>. Acesso em: 26 de set. de 2023.

² Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

Os subsídios fizeram seu papel. Proporcionaram gigantescas economias de escala. Os custos caíram quase 50%. Cada nova usina tem menores custos marginais, num ciclo de crescimento duradouro.

Mas a tarifa vai na direção contrária. Adiciona custos e desigualdades, e ajuda a explicar a elevada inadimplência na conta de luz. No dia 23, no “subsidiômetro”, métrica do regulador, o acumulado de subsídios era R\$ 24 bilhões. Desses, R\$ 7 bilhões pagavam os combustíveis fósseis dos sistemas isolados, que inclui Manaus, interligada desde 2012. É um foco de ineficiência. Um criadouro de “jabutis”.

Outros R\$ 7 bilhões eram destinados a um desconto (de 50%), por 20 anos, que as renováveis têm nos custos da rede. É um subsídio que beneficia muito mais os grandes consumidores. O terceiro maior valor, superior a R\$ 4 bilhões, seguia para a GD. No mesmo dia, a tarifa social da população de baixa renda era da ordem de R\$ 3 bilhões. As RVs são, assim, três vezes e meia mais subsidiadas que a tarifa social.

Quem paga? De onde vêm? Para onde vão os subsídios? Destaco o caso GD, para sublinhar o agravamento da desigualdade elétrica. Mas todos os subsídios, a quaisquer fontes ou RVs, ampliam o desequilíbrio.

Admitindo-se uma conta de luz de R\$ 737/MWh, o usuário da GD pagará, em 2023, apenas R\$ 35/MWh. A diferença é assumida pelos demais consumidores. Em 2025, a diferença cairá para R\$ 638/MWh e para R\$ 228/MWh em 2029.

Fazia sentido, de 2014 a 2020, a GD ser subsidiada. Risco e custos eram bem maiores. E os investimentos resultam em benefícios gerais. Mas a diferença, entre 2023 e 2029, não precisa ser tão absurda.

E é impiedoso com os mais pobres. Antes da lei 14.300, a GD era subsidiada apenas pelo consumidor da concessionária acessada. Depois da lei, a conta é rateada em todo Brasil. Veja o resultado. Os Estados de maiores IDHs (São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul) detêm a maior parte do total de GD. A soma da potência nos três Estados do Sul é maior que a do Nordeste.

Das cidades, Florianópolis, em junho, tinha a maior potência instalada de GD, que era quase quatro vezes superior à de Brasília, a segunda colocada. Floripa tem mais GD que os Estados do Norte, exceto Pará e Tocantins. Detalhe: as contas de luz de Santa Catarina e do DF estão entre as menores do Brasil. Das 30 cidades com mais GD, apenas oito estão no Norte-Nordeste.

Segundo o IBGE, o impacto do gás e eletricidade na renda é 9,1% para os mais pobres. Dos números acima, há uma incrível concentração de GD nos locais de maiores IDHs, onde o impacto da conta de luz é 3,5%. Num mapa tarifário, fica evidente como os custos são repassados para o “consórcio” Norte-Nordeste.

Os determinantes da GD são, então, a renda e os subsídios espúrios (sem razoabilidade), e não a radiação e a tarifa. É a sofisticação da crueldade elétrica, que eleva o subsídio, apesar da redução de custos. Os efeitos dos menores custos não chegam a quem paga a conta.

E ainda há os subsídios implícitos. Como os usuários da GD saem da base de pagantes, a conta fica com um montante menor de kWh, o que eleva mais a tarifa. E empresas dos mesmos grupos econômicas de distribuidoras atuam na GD, o que agrava o quadro de missing money. É tragédia dos comuns.

Pode ficar pior. Está em curso um Projeto de Lei que amplia os subsídios. A conta crescerá R\$ 4 bilhões ao ano - por 20 anos. E, pelo entusiasmo de dirigentes da Petrobras e outras empresas e lobbies, que investirão em eólica offshore e hidrogênio verde, mas desejam um mecanismo compulsório de demanda, não surpreenderá uma nova farra de subsídios.

É como retirar Real do bolso do pobre, substituindo-o por Bolívar, moeda da Venezuela, ou Peso argentino. São micos, como os subsídios às RVs para quem os paga. E há um contrassenso: a tecnologia da GD reduziu os custos de entrada e agregou valor. O subsídio destruiu.

As RVs seguirão exuberantes, mas sem a pressão antieconômica dos subsídios - implacáveis com os mais pobres, que pagam pelos ricos e veem ampliada a desigualdade elétrica. Eis aí um dever de casa, real e de vanguarda, para o presidente Lula, que teve na desigualdade o tema do seu ótimo discurso na ONU.